

## SOBRE A BAHIA E ALÉM: CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTORIOGRAFIA

“Deixem-me confessar: este trabalho resulta de trinta anos de amor por uma cidade, Salvador, e por um a região, a Bahia. Um amor imprevisível, decorrente de um itinerário imprevisível; provocante, nascido de um encontro provocante entre um povo que veio de todas as partes e uma mulher grega, com fortes raízes europeias e helênicas”.<sup>1</sup> Começamos esse breve texto com a citação do primeiro parágrafo do livro *Bahia, Século XIX: uma província no Império*, escrito pela historiadora de origem grega Katia de Queirós Mattoso, para lembrar quanto rica é a história e historiografia da Bahia e quão diversos são os pesquisadores que se dedicaram e se dedicam ao estudo desta localidade. Assim como a Bahia, constituída por “um povo” que veio de várias partes, a historiografia baiana é feita por investigadores de várias partes do Brasil e de fora do país. No final dos setecentos, às vésperas do século abordado por Mattoso, a capital da Bahia tinha, aproximadamente, quarenta mil habitantes e era uma “típica cidade do litoral brasileiro”.<sup>2</sup> Embora não fosse mais a capital da colônia – este posto havia sido transferido para o Rio de Janeiro em 1763 – Salvador era, ainda, importante centro econômico e administrativo e de perfil cosmopolita.

A cidade de Salvador que a historiadora encontrou, na década de 1950, contava já com cerca de meio milhão de pessoas, mas, na sua opinião, estava estagnada no tempo. Parecia ter uma população menor do que tinha, de fato, pois esta população, de acordo com Mattoso (1992, p. 9), estava “escondida em pequenos vales que separavam colinas furta-cores, cercadas pelo mar e por praias acolhedoras”. Ao fim do primeiro quartel do século XXI, a realidade é outra. Com uma economia em crescimento, a cidade abriga uma diferente configuração do espaço urbano e a população estimada pelo IBGE, no censo de 2022, era de 2.417.678 habitantes. Do princípio da década de 1990, época de publicação da primeira edição de *Bahia, Século XIX*, até o momento da escrita deste editorial, ocorreram avanços significativos na produção historiográfica baiana e sobre a Bahia. Essa produção abarca múltiplos objetos de pesquisa, que se estendem desde o século XVI até o tempo presente, e se debruça sobre aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da História da Bahia. O enorme crescimento dessa produção deve-se ao processo de ampliação dos programas de pós-graduação ofertados por universidades de todas as partes do Brasil e à organização de grupos de pesquisa, núcleos e laboratórios ligados a essas instituições. Estudos e pesquisas foram impulsionados pela facilidade de acesso físico e remoto a acervos e conjuntos documentais que, até o final do século passado, eram de acesso restrito. Por outro lado, ocorreu uma maior difusão da produção acadêmica, mediante a disponibilização dos resultados dos trabalhos produzidos no interior dos programas de pós-graduação. Na maior parte dos casos,

---

<sup>1</sup> MATTOSO, Kátia. *A Bahia no século XIX. Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 9.

<sup>2</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias. *Bahia, 1798*. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 39.

os textos podem ser acessados, por meio digital, mediante consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Além disso, os próprios cursos de pós-graduação mantêm repositórios de livre acesso em suas páginas na internet e estimulam a publicação dos textos produzidos por docentes, discentes e egressos em livros impressos, e-books e periódicos. Para a difusão das publicações periódicas, conta-se com o rico acervo disponibilizado no portal da Capes. Enfim, o advento de novas tecnologias de informação e comunicação foi essencial à difusão do conhecimento e tem contribuído, sobremaneira, com inovações teóricas e metodológicas amplamente utilizadas no campo da produção historiográfica.

A produção acadêmica no âmbito dos programas de mestrado e doutorado e, especificamente, a produção historiográfica sobre a Bahia estão em destaque na composição deste vigésimo segundo volume, número 1, da *Revista Politeia: História e Sociedade*. Os artigos que ele traz a público contribuem para a abordagem de temas concernentes à História da Bahia, desde o período colonial até o tempo presente, mas o volume contempla, também, artigos referentes a outros estados brasileiros, como Piauí, Maranhão e Rio de Janeiro.

A revista abriga o dossiê intitulado “Comunidades quilombolas: afrografias, territorialidade e lutas”, organizado por Edinélia Maria Oliveira Souza, historiadora e professora da graduação e do Programa de Pós-graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que integra o Grupo de Trabalho Emancipações e Pós-Abolição da Associação Nacional dos Professores de História (ANPUH) e cujas publicações contribuem significativamente para os debates sobre gênero, raça e classe. Composto por um texto de apresentação, cinco artigos e uma entrevista com a historiadora quilombola Ana Paula Cruz, o dossiê apresenta elementos importantes para a reflexão sobre a história, a memória e as condições de existência das comunidades quilombolas no Brasil – tendo como referência as comunidades situadas no recôncavo da Bahia. Os textos abordam a legislação que regula a existência dessas comunidades, as atividades econômicas que garantem o sustento dessas comunidades, o processo de formação de lideranças políticas e as manifestações culturais que podem ser tomadas como fenômenos de “resistência racial do negro” – por exemplo, a participação da população negra no carnaval de Salvador, fenômeno associado à luta por direitos sociais protagonizada por essa população entre os anos 1980 e 1990. Enfim, os textos tratam da violência vivida cotidianamente por negros e negras no Brasil, inclusive em formas extremas, como o assassinato de lideranças. Todos esses temas são tratados com o recurso a fontes narrativas orais, que desnudam aspectos da memória coletiva dos diferentes grupos. O quilombo, como bem diz Edinélia, “foi uma das formas de resistência que marcaram os quase quatro séculos de escravidão e permaneceu indissociavelmente ligado à construção da sociedade brasileira”. É essa a perspectiva que deve orientar a leitura dos artigos de Iara dos Anjos, João Francisco Moreira Filho, Neivalda de Oliveira, Mariana Fernandes, Luz Stella Cárcere, Laise Pimentel Malta, bem como o diálogo travado entre a organizadora do dossiê e a entrevistada Ana Paula Cruz.

Na sequência, a revista traz cinco artigos livres. O primeiro, “Higiene, celibato e homossexualidade masculina”, de autoria de Daniel Vital Silva Duarte, aborda o celibato na sociedade oitocentista, em uma perspectiva moral e higiênica. Utilizando-se, como fonte principal de suas pesquisas, de algumas teses desenvolvidas no âmbito da Faculdade de Medicina da Bahia que, em comum, consideravam o celibato danoso e até “contrário às leis naturais”, o autor procura demonstrar como o tema ocupava a mente dos

acadêmicos de medicina no final do século XIX e como os seus estudos resultavam na ideia de que o celibato era nocivo para a sociedade.

“Modesta proposta, uma sátira sobre os corpos dos pobres” é o segundo artigo livre. O autor, Cleverton Barros de Lima toma por fonte de pesquisa uma sátira publicada em 1729, atribuída a um escritor irlandês de nome Jonathan Swift. O foco da narrativa do panfleto está situado “na questão social do recrudescimento da população pobre e no quanto essa pobreza abjeta os levava a uma marginalidade degradante”. O crescimento da pobreza na Irlanda era resultante de uma forte crise econômica, vivenciada pelo país nas primeiras décadas dos setecentos, que provocou aumento do desemprego e, conseqüentemente, a generalização da fome. Críticas do autor da sátira à monarquia e ao governo da Grã-Bretanha, as disputas entre *Whigs* e *Tories*, assim como as querelas religiosas entre católicos e protestantes, são alguns dos temas presentes no texto satírico e contemplados na análise de Lima.

Marcelo Lima Costa é autor do artigo que, na seqüência, traz a debate o processo de modernização da capital do Maranhão, no período de 1966 a 1970. O texto, intitulado “São Luís em tempos de ‘Maranhão Novo’: a (re) construção de uma capital moderna sob o Governo José Sarney (1966-1970)”, aborda o discurso de modernização – “(re)construção” – urbana e a promessa de dias de esplendor econômico, presentes na propaganda do governo, apoiado no governo ditatorial instaurado com o Golpe empresarial-militar de 1964.

Voltando para a Bahia, no período colonial, segue-se o artigo “Planejamento, história e memória: o caso da vila de Abrantes-Ba”, da historiadora Maria Helena Ochi Flexor, professora emérita da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mediante a exploração de documentos históricos presentes nos acervos do Arquivo Público do Estado da Bahia, da Biblioteca Nacional, da Mapoteca do Itamaraty, do Arquivo Histórico Ultramarino e da Biblioteca da Ajuda, Flexor convida a uma viagem por uma antiga povoação indígena, a aldeia do Espírito Santo de Ipitanga, criada por padres jesuítas, em meados do século XVI, e elevada à categoria de vila, com o nome Vila Nova de Abrantes, em 1758, no governo de D. José I. O projeto de criação da vila e povoação – como esclarece a autora – serviu como modelo para execução de outros projetos em várias partes da Bahia e no restante do “território do Brasil”. Destaca-se, aqui, uma preocupação central do texto: a análise da forma como o colonizador conviveu com a população indígena.

O número 1 do volume 22 de *Politeia* se encerra com o artigo do professor Erivaldo Fagundes Neves, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), “Sinopse historiográfica da colonização portuguesa no Brasil”, que pretende abordar a historiografia da colonização portuguesa desde os primeiros escritos, publicados ainda no século XVI até a produção de investigadores contemporâneos. Trata-se de uma síntese da historiografia e um convite para conhecer e revisitar os clássicos, como, também, pesquisadores recentes que se dedicaram aos estudos sobre a colonização portuguesa no Brasil.

*Grayce Mayre Bonfim Souza*  
*Doutora em História Social pela Universidade Federal da Bahia e Pós-doutora pela Universidade de Évora, Portugal*  
*Membro da Equipe Editorial da Revista Politeia: História e Sociedade*  
*Professora Plena do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia*  
*Docente do quadro permanente do ProfHistória/Uesb*